

MANIFESTO E COMPROMISSOS DA CASA APOSTÓLICA AOS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE JUDAICA E À SOCIEDADE BRASILEIRA

"Em ti serão benditas todas as famílias da terra." (Gênesis 12:3)

"Pedi a paz de Jerusalém; prosperarão aqueles que te amam." (Salmo 122:6)

"Abre a tua boca a favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham desamparados." (Provérbios 31:8)

"Aonde você for, eu também irei; aonde dormires, ali dormirei eu; se morreres e fores sepultada, ali também morrerei eu e ali serei sepultada, pois o teu povo (o vemos) com NOSSO POVO e o TEU DEUS, O Reconhecemos como Nosso Deus, O Deus Único e Verdadeiro. E que O ETERNO, NOSSO DEUS, faça conosco, o que bem quiser se qualquer coisa que não for a Morte nos separar da Casa de Israel."

"Porque a salvação vem dos judeus." (João 4:22b)

"Pois é de seu povo que descende o Cristo segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito eternamente." (Romanos 9:5, par.)

"Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus." (Mateus 5:9)

AOS EXMOS. PRESIDENTES DAVID ACOLUMBRE E HUGO MOTTA AOS LÍDERES DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO À SOCIEDADE BRASILEIRA À COMUNIDADE JUDAICA DO BRASIL

Nós, cristãos evangélicos vinculados à Casa Apostólica, grupo de líderes cristãos evangélicos de muitos segmentos e denominações de toda a nação, com um grupo nesta data de 8 Estados brasileiros, reunidos na Capital Federal, tornamos público este Manifesto e Carta de Intenções, movidos por um senso de responsabilidade histórica, moral, espiritual e cívica.

CONFISSÃO HISTÓRICA E ARREPENDIMENTO

Reconhecemos, com profundo pesar, que a Shoá constituiu o mais brutal atentado à dignidade humana da história contemporânea. O extermínio de aproximadamente seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial marcou para sempre a consciência da humanidade e deu origem ao compromisso solene de que semelhante tragédia jamais voltaria a ocorrer: **"Nunca Mais"**.

Todavia, confessamos, com humildade e vergonha, que nossa geração não honrou plenamente esse compromisso. O massacre perpetrado em 7 de outubro de 2023, durante o Simchat Torá, caracterizado por assassinatos, sequestros, estupros, torturas e outras atrocidades cometidas contra homens, mulheres, crianças e idosos, revelou que o antissemitismo permanece vivo e capaz de produzir novos horrores, desta vez por meio da ação terrorista do Hamas, apoiado pela República Islâmica do Irã.

Diante disso, confessamos:

1. Que o antissemitismo voltou a manifestar-se de forma preocupante nos ambientes acadêmico, político, cultural, religioso e digital, sem que tenhamos reagido, muitas vezes, com a firmeza e a urgência que sua gravidade exige.
2. Que o silêncio, a indiferença e a falsa neutralidade diante do antissemitismo podem representar omissão moral incompatível com os valores do Evangelho.

3. Que nem sempre empregamos nossa influência espiritual, social e institucional para proteger a comunidade judaica, combater a desinformação e defender o direito do povo judeu de viver em segurança e dignidade em seu Estado nacional.
4. Que deixamos de cobrar coerentemente das autoridades brasileiras o cumprimento de compromissos públicos assumidos em favor do fortalecimento das relações entre Brasil e Israel, inclusive quanto à questão da transferência da Embaixada brasileira para Jerusalém.
5. Que lamentamos o progressivo desgaste das relações diplomáticas entre Brasil e Israel e a insuficiente reação das autoridades públicas diante do crescimento de manifestações antissemitas em nosso país.

À comunidade judaica brasileira, ao povo de Israel e às comunidades judaicas da diáspora, pedimos perdão por toda omissão, por toda palavra ou atitude que, direta ou indiretamente, tenha contribuído para alimentar preconceitos, estereótipos, desconfiança ou hostilidade.

Arrependemo-nos diante de Deus por não termos testemunhado, com maior coragem e fidelidade, em favor do povo judeu, especialmente após os acontecimentos de 7 de outubro de 2023.

Como cristãos, professamos nossa convicção de que Deus governa a história e de que as Escrituras advertem as nações acerca da responsabilidade moral de sua conduta para com Israel e o povo judeu, conforme proclamado pelos profetas e pelos Salmos. Por isso, reconhecemos que o arrependimento sincero, a busca da justiça e a reparação das omissões constituem deveres espirituais e morais dos quais não podemos nos esquivar.

RECONHECIMENTO E GRATIDÃO

Afirmamos, publicamente, nosso reconhecimento à extraordinária contribuição do povo judeu para a humanidade. Apesar de séculos de perseguições, expulsões, pogroms e da Shoá, homens e mulheres judeus deixaram marcas indeléveis na ciência, na medicina, na filosofia, nas artes, na tecnologia, na economia e na cultura. Seu legado testemunha uma permanente vocação para a vida, a educação, a inovação e a dignidade humana. Ao recordar os seis milhões de judeus assassinados na Shoá e as vítimas do antissemitismo contemporâneo, reafirmamos o compromisso de preservar sua memória e de levantar nossa voz contra toda forma de ódio, intolerância e perseguição.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Como cristãos evangélicos brasileiros, declaramos que:

1. Rejeitamos toda forma de antissemitismo, seja clássico ou contemporâneo, velado ou explícito, inclusive quando travestido de discurso político, ideológico, teológico ou pseudocientífico.
2. Reafirmamos o direito inalienável do povo judeu à autodeterminação e à existência em segurança em seu Estado nacional, Israel, em conformidade com as resoluções fundamentais da Organização das Nações Unidas (ONU) e com o Direito Internacional.
3. Reconhecemos a definição de antissemitismo adotada pela Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), que compreende, entre outras formas,

- ataques à existência do Estado de Israel enquanto expressão coletiva do povo judeu, quando utilizados para negar a esse povo o direito à sua própria pátria.
4. Afirmamos que o apoio a Israel e a defesa da comunidade judaica não implicam hostilidade a outros povos, mas expressam compromisso com a justiça, a memória histórica e a proteção de um povo reiteradamente ameaçado.
 5. Reconhecemos que o sionismo constitui o movimento nacional do povo judeu em favor de seu direito à autodeterminação na Terra de Israel, direito reconhecido pelo Direito Internacional e compatível com os princípios constitucionais da autodeterminação dos povos e da igualdade entre as nações. Por essa razão, repudiamos o emprego dos termos "sionismo" ou "sionista" como expressões pejorativas, injuriosas ou discriminatórias, bem como qualquer tentativa de dissociá-los de sua origem histórica e espiritual, vinculada ao Monte Sião (Har Tsion), símbolo da identidade, da esperança e da continuidade do povo judeu ao longo de milênios.
 6. Reafirmamos a importância de Jerusalém como cidade de significado histórico, espiritual e político singular para judeus, cristãos e muçulmanos, e apoiamos a busca de soluções negociadas para seu status, que garantam liberdade religiosa, acesso aos locais sagrados e respeito às aspirações legítimas de todos os povos envolvidos.
 7. Repudiamos a Resolução UNESCO 200 EX/PX/DR.25.2, adotada em 2016, por ter se referido a Jerusalém exclusivamente por sua denominação árabe, em desacordo com a prática diplomática de empregar também sua denominação em hebraico, desconsiderando a histórica vinculação do povo judeu com a cidade.
 8. Manifestamos preocupação com o uso instrumental de mecanismos jurídicos internacionais por quaisquer partes para fins exclusivamente políticos, ao mesmo tempo em que reafirmamos o papel fundamental do Tribunal Penal Internacional (TPI) e da Corte Internacional de Justiça (CIJ) como pilares da ordem jurídica internacional, cuja credibilidade depende da aplicação de critérios consistentes, transparentes e universais.
 9. Apoiamos o direito de Israel à autodefesa, nos termos do Direito Internacional, inclusive do Direito Internacional Humanitário, e conclamamos todas as partes envolvidas no conflito a respeitarem a proteção dos civis, assegurarem o acesso humanitário e minimizarem os impactos sobre a população não combatente.
 10. Repudiamos toda tentativa, direta ou indireta, de deslegitimar a existência do Estado de Israel, reconhecido pelo Direito Internacional, pela Organização das Nações Unidas e pela comunidade internacional.
 11. Condenamos o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, incluindo os ataques perpetrados pelo Hamas em 7 de outubro de 2023, bem como a violência contínua praticada por grupos armados não estatais contra populações civis israelenses e palestinas.
 12. Manifestamos preocupação com o programa nuclear do Irã e com seu apoio a grupos armados na região, por representarem riscos concretos à estabilidade regional e à segurança internacional, instando a comunidade internacional a buscar soluções diplomáticas por meio dos mecanismos multilaterais competentes.
 13. Exortamos o Brasil a conferir plena efetividade ao princípio constitucional do repúdio ao terrorismo e da promoção dos direitos humanos, adotando medidas que alinhem sua prática estatal aos padrões internacionais consolidados, mediante a designação formal de organizações como Hamas, Hezbollah, Estado Islâmico e Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, entre outras organizações

internacionais de extremismo violento, como entidades terroristas, em consonância com o Direito Internacional e os compromissos multilaterais assumidos pelo Estado brasileiro.

14. Reafirmamos a importância da liberdade religiosa e da proteção dos locais sagrados para os fiéis de todas as tradições e conclamamos as autoridades competentes a assegurarem acesso livre de restrições discriminatórias a esses locais em Jerusalém e em toda a Terra Santa.
15. Incentivamos o diálogo interparlamentar contínuo entre Brasil e Israel, bem como com os demais atores regionais, visando promover iniciativas concretas de cooperação, construção de confiança e apoio a soluções políticas negociadas.
16. Instamos o Governo brasileiro a fortalecer suas relações diplomáticas com Israel, inclusive nos campos econômico, científico e de segurança, sem prejuízo do engajamento construtivo com as demais partes do conflito e do papel histórico do Brasil como nação comprometida com o multilateralismo e a mediação internacional.
17. Apoiamos iniciativas de paz que reconheçam o direito de todos os povos de viverem com segurança, dignidade e autodeterminação.
18. Exaltamos os Acordos de Abraão e os esforços de normalização diplomática no Oriente Médio como importante fundamento para a construção de uma paz justa, duradoura e estável na região.
19. Rejeitamos todas as formas de antissemitismo, islamofobia e discriminação religiosa ou étnica, reafirmando que a crítica legítima a políticas governamentais não se confunde com preconceito contra povos ou religiões, e que o combate ao ódio exige discernimento, coerência e respeito à dignidade humana.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS

Diante de Deus, da Comunidade Judaica e da sociedade brasileira, assumimos os seguintes compromissos, que desejamos ver traduzidos em ações concretas:

1. Compromisso com a memória e a educação: Promover, em nossas igrejas e organizações, cursos, palestras, seminários, materiais didáticos e eventos em parceria com instituições judaicas, dedicados ao estudo da história do povo judeu, da Shoá e das variadas facetas do antissemitismo, antigo e contemporâneo, em conformidade com referências reconhecidas internacionalmente (como a IHRA e centros de memória do Shoá).
2. Compromisso com a denúncia responsável: Levantar a voz, de maneira clara, firme e responsável, contra expressões antissemitas em qualquer esfera: religiosa, acadêmica, midiática, artística ou política, inclusive em ambientes digitais e redes sociais; repudiando a negação ou relativização do Holocausto, bem como quaisquer apelos ao extermínio de Israel ou dos judeus.
3. Compromisso de solidariedade prática e institucional em estabelecer e fortalecer parcerias com sinagogas, federações e entidades da comunidade judaica, colocando à disposição espaços, meios de comunicação, redes de apoio e capacidade de mobilização para iniciativas de proteção, acolhimento, esclarecimento público e resposta rápida a incidentes de ódio antijudaico.
4. Compromisso com o diálogo inter-religioso sério e respeitoso, criando mesas permanentes de diálogo entre lideranças cristãs e judaicas, com reuniões regulares, visando à construção de confiança, ao esclarecimento de mal-entendidos históricos, ao

combate a estereótipos e à promoção de ações conjuntas em defesa da vida, da liberdade religiosa e da paz social.

5. Compromisso com as novas gerações: Incluir nos programas de educação cristã voltados a crianças, adolescentes e jovens conteúdos sérios e responsáveis sobre o povo judeu, Israel, o Holocausto e o antissemitismo, para que as futuras gerações cresçam imunes à propaganda de ódio e conscientes de sua responsabilidade de proteger o próximo.

6. Compromisso com a verdade histórica e a linguagem responsável: Confrontar e rejeitar, inclusive no âmbito teológico, leituras que promovam o antijudaísmo religioso, estigmatizem o povo judeu ou relativizem seu vínculo histórico, religioso e cultural com a Terra de Israel e com Jerusalém; revisar materiais, sermões e publicações, e corrigi-los quando necessário. E banir do meio cristão a diabólica TEOLOGIA DA SUBSTITUIÇÃO (que tanto nos envergonha) de que Deus colocou cristãos-não-judeus do mundo todo, no lugar dos Judeus. Coisa que é antibíblica e absurda.

7. Compromisso com a presença pública e legislativa: Apoiar, dentro das normas democráticas, iniciativas legislativas e políticas que visem:

7.1 criminalizar e punir adequadamente atos de antissemitismo;

7.2 promover a educação sobre o Shoá, a Calamidade da II Grande Guerra nas escolas;

7.3 garantir segurança às instituições judaicas;

7.4 cooperar com a Frente Parlamentar Amigos de Israel e com outras frentes e organismos comprometidos com esses objetivos.

8. Compromisso com a paz justa e a sacralidade da vida: Repudiar toda forma de terrorismo, apologia à violência e uso de civis como escudos humanos. Ao mesmo tempo, afirmar a sacralidade de cada vida humana, clamando por soluções justas, sustentáveis e pacíficas para o conflito no Oriente Médio, que garantam segurança a Israel e dignidade a todos os povos envolvidos.

9. Compromisso com a vigilância ética e autocrítica: Submeter periodicamente nossas práticas, discursos e materiais a avaliação crítica, com participação de especialistas e representantes da comunidade judaica, a fim de identificar e eliminar qualquer traço de preconceito, generalização indevida ou linguagem desumanizadora.

10. Compromisso com a cooperação acadêmica e cultural: Incentivar intercâmbios, missões, viagens de estudo a Israel, bem como atividades culturais conjuntas, para aproximar povos e consolidar vínculos de respeito, conhecimento mútuo e cooperação.

11. Compromisso com oração e intercessão persistentes: Estabelecer, em nossas agendas e calendários, momentos regulares de oração em favor do povo judeu, do Estado de Israel e das comunidades judaicas na diáspora, pedindo a Deus paz, proteção, consolo às famílias enlutadas e sabedoria aos governantes.

12. Compromisso de permanência: Assegurar que este documento não se limite a uma declaração pontual motivada por circunstâncias específicas, mas se converta em orientação permanente de nossa atuação institucional, com metas, cronogramas e responsáveis definidos.

CONVOCAÇÃO À SOCIEDADE BRASILEIRA

Exortamos as igrejas, as comunidades e instituições religiosas, as universidades, as escolas, os meios de comunicação, as lideranças políticas, as organizações da sociedade civil e todos os cidadãos de boa vontade a unirem-se na promoção de uma cultura de respeito, memória e convivência pacífica, comprometendo-se a:

1. Rejeitar de forma inequívoca toda manifestação de antissemitismo, racismo, intolerância religiosa ou discurso de ódio.
2. Promover a educação para a memória da Shoá, a defesa dos direitos humanos e a valorização da diversidade étnica, cultural e religiosa.
3. Estimular um debate público sério, informado e responsável sobre o Oriente Médio, rejeitando simplificações ideológicas, a apologia ao terrorismo e toda forma de desumanização de povos ou comunidades.
4. Fortalecer iniciativas de aproximação, cooperação e diálogo entre comunidades judaicas e cristãs, como expressão de respeito mútuo, responsabilidade ética e compromisso com a paz.

Na presença de Deus, em espírito de humildade e responsabilidade, e com profundo respeito pelo povo judeu, subscrevemos este Manifesto e Carta de Intenções, confiantes de que ele possa inspirar outras comunidades cristãs no Brasil, ampliar o diálogo entre cristãos e judeus e fortalecer, em nossa sociedade, uma cultura fundada na verdade histórica, na dignidade humana, na liberdade religiosa e na rejeição de toda forma de ódio.

Desejamos que este documento seja amplamente conhecido, debatido e acolhido nos espaços religiosos, educacionais, acadêmicos, institucionais e públicos, como expressão de um compromisso permanente com a memória, a justiça e a paz.

Reafirmamos que não permaneceremos indiferentes diante do antissemitismo, do terrorismo, da intolerância religiosa ou de qualquer processo de desumanização. Comprometemo-nos a educar, dialogar, cooperar e agir com coragem e responsabilidade, para que a memória das vítimas produza consciência, para que a verdade prevaleça sobre o preconceito e para que a expressão "**Nunca Mais**" deixe de ser apenas a recordação de uma tragédia e se consolide como um compromisso permanente de nossa geração e das gerações futuras.

Brasília, 08 de julho de 2026.

CASA APOSTÓLICA

Subscrita por todos os líderes cristãos presentes, representando denominações de 8 Estados brasileiros.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA DO CONGRESSO NACIONAL